

RECURSO ESPECIAL Nº 1.698.217 - RS (2017/0234594-6)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : CLAUDETE FROZI SARETTA
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - PR059572

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. QUESTÃO DE ORDEM. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. ENTENDIMENTO DO STF PELA NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. PROCESSOS ORIUNDOS DO TRF DA 4ª REGIÃO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA NA ORIGEM. QUESTÕES PROCESSUAIS A SEREM UNIFORMIZADAS.

IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS

1. Trata-se de Questão de Ordem originária da Segunda Turma, que visa obter na Primeira Seção orientação uniforme sobre pontos controversos atinentes a grande número de processos que tramitam em ambas as Turmas de Direito Público.
2. Relativamente à discussão sobre a incidência do fator previdenciário na aposentadoria de professor, há duas principais situações que envolvem o julgamento de diversos Recursos Especiais advindos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. São elas ilustradas pelos dois casos ora trazidos: REsp 1.668.984/RS e REsp 1.698.217.
3. As hipóteses têm em comum acórdão do TRF da 4ª Região que, com base em decisão de declaração de inconstitucionalidade do Tribunal Pleno daquela Corte Regional, deixou de aplicar o art. 29, I, § 9º, II e III, da Lei 8.213/1991, o que deu suporte ao afastamento da incidência do fator previdenciário sobre a aposentadoria dos professores litigantes.

REPERCUSSÃO GERAL APRECIADA NO STF

4. O STF, ao examinar hipótese advinda também do TRF da 4ª Região com a mesma configuração jurídica, negou a existência de Repercussão Geral (RE 1.029.608/RS, Rel. Ministro Edson Fachin, DJe 31.8.2017) nos seguintes termos: "A Constituição de 1988, portanto, ao definir os critérios de aposentação do professor não tratou o benefício como aposentadoria especial. Desse modo, não há como afastar a incidência do fator previdenciário, introduzido no ordenamento pátrio pela Lei n. 9.876/99, ao benefício. Cumpre destacar, ainda, que a constitucionalidade do fator previdenciário, tal como instituído pela Lei 9.876/99, já foi objeto de pronunciamento desta Corte, no julgamento da ADI 2.111-MC, Rel. Min. Sydney Sanches (...) A questão em julgamento, contudo, refere-se especificamente à incidência do fator previdenciário no cálculo de renda mensal inicial de aposentadoria de professor. Trata-se, todavia, de controvérsia em que se constata a ausência de matéria constitucional a ser

analisada, eis que demanda análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, ou seja, das Leis 9.876/99 e 8.213/91. Vejam-se, a propósito, os seguintes precedentes da Corte, em casos análogos: ARE 688.504-AgR/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 1º.02.2013; ARE 718.275, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 22.10.2013; ARE 712.775, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma DJe 20.11.2012; ARE 702.764-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 03.12.2012; RE 1.039.309, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 02.06.2017; RE 1046277, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 02.06.2017; ARE 1014139, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 29.05.2017; ARE 1039357, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 16.05.2017; ARE 906.428, de minha relatoria, DJe 01.10.2015 e ARE 1.027.911, de minha relatoria, DJe 30.05.2017. Verifica-se que a matéria demanda análise da legislação infraconstitucional, de modo que resta inviabilizado, por conseguinte, o processamento do apelo extremo, ensejando aplicação do art. 1.033, do Código de Processo Civil, que determina a remessa da matéria ao Superior Tribunal de Justiça, para julgamento como recurso especial. (...) Ante o exposto, manifesto-me pela inexistência de repercussão geral da questão tratada nestes autos, determino a remessa do feito ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 1.033, do Código de Processo Civil e submeto esta deliberação aos demais integrantes desta Corte".

QUESTÃO RELATIVA AO PRESENTE CASO

5. Conquanto, de igual modo, tenha como origem acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região com o mesmo conteúdo do REsp 1.668.984/RS, sobre o qual também é trazida Questão de Ordem na presente assentada, não houve prévio julgamento do Recurso Especial.

6. O relator remeteu monocraticamente os autos ao Supremo Tribunal Federal para julgamento do Recurso Extraordinário, pois entendeu que ele é prejudicial em relação ao Recurso Especial. Essa faculdade está prevista no art. 1.031, § 2º, do CPC/2015: "Art. 1.031. Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. (...) § 2º Se o relator do recurso especial considerar prejudicial o recurso extraordinário, em decisão irrecorrível, sobrestará o julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal".

7. Concluiu-se pela prejudicialidade, em razão de os artigos suscitados como violados no Recurso Especial (art. 29, I, e § 9º, II e III, da Lei 8.213/1991) terem sido afastados por inconstitucionalidade pela Corte Regional.

8. Em resposta, o STF decidiu (fl. 215/e-STJ) que sobre a matéria já houve deliberação no sentido de não haver Repercussão Geral (RE 1.029.608). Com isso, determinou a remessa do feito ao **Tribunal de origem** nos termos do art. 1.030, I, "a" do Código de Processo Civil/2015, que assim dispõe: "Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao

vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: I – negar seguimento: a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral".

9. Considerando que o STF já manifestou que não há Repercussão Geral sobre a matéria, do que resulta que o tema é infraconstitucional, **propõe-se que o STJ julgue os Recursos Especiais nessa situação sob esse enfoque.**

CONCLUSÃO

10. Fixado, em **Questão de Ordem**, que, para os **Recursos Especiais advindos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região relativos à discussão concernente à incidência do fator previdenciário na aposentadoria de professor, em que o relator concluiu pela prejudicialidade do Recurso Extraordinário em relação ao Recurso Especial, conforme faculdade prevista no art. 1.031, § 2º, do CPC/2015, e o STF julgou o Recurso Extraordinário determinando a remessa ao Tribunal de origem ou recorrido, que seja o Recurso Especial julgado sob o prisma infraconstitucional.**

11. O presente Recurso Especial é devolvido à Segunda Turma para julgamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça: "Prosseguindo no julgamento, a Seção, por maioria, vencidos os Srs. Ministros Regina Helena Costa e Napoleão Nunes Maia Filho, decidiu em Questão de Ordem para estabelecer que, para o julgamento de Recursos Especiais advindos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região relativos à discussão concernente à incidência do fator previdenciário na aposentadoria de professor, em que o relator concluiu pela prejudicialidade do Recurso Extraordinário em relação ao Recurso Especial, conforme faculdade prevista no art. 1.031, § 2º, do CPC/2015, e STF julgou o Recurso Extraordinário determinando a remessa ao Tribunal de origem ou recorrido, que seja o Recurso Especial julgado sob o prisma infraconstitucional.

O presente Recurso Especial é devolvido à Segunda Turma para apreciação." Os Srs. Ministros Og Fernandes, Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Gurgel de Faria e Francisco Falcão votaram com o Sr. Ministro Relator."

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de maio de 2019(data do julgamento).

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator